

# As sementes de 74

Jacundo

SENSE

20 DE SET 1984

As últimas sessões demonstraram que está surgindo um novo Senado. Com ele, crescerá o Legislativo, muito sofrido nos últimos 20 anos em que teve, às vezes, de se submeter para continuar existindo. Este período, frustrante em certas ocasiões, fortaleceu, paradoxalmente, a consciência do Congresso, cujo poder não decorre de concessão, mas da importância que tiver para a Nação. Foram, estes anos, um tempo de lutas e sacrifícios, porém de afirmação e engrandecimento.

O novo Senado começou em 74 quando foram eleitos senadores opositores que deixaram sua marca no Congresso. Quanto do atual processo de democratização não se deve aos pronunciamentos do ex-senador Paulo Brossard sobre o pacote de abril de 77, aplaudido por muitos dos que hoje integram a Aliança Democrática e condenam o autoritarismo? Inesquecíveis os discursos afirmativos do ex-líder Marcos Freire, fotografado, em diversas oportunidades, como sendo a última vez em que ocupava a tribuna.

Câmara e Senado aprovaram, há dias, o projeto do ex-senador Mauro Benevides regulamentando o art. 45 da Constituição para estabelecer a fiscalização da administração direta e indireta pelo Legislativo. Luta árdua, iniciada em 75, vencida com persistência, porque o Executivo não desejava ser fiscalizado e mandava seus parlamentares votarem contra e estes cumpriam a determinação, mesmo prejudicando o Legislativo a que pertenciam.

Coube-lhe, também, erguer a bandeira das eleições diretas para prefeito de capital, ainda não hasteada, apesar das sucessivas emendas, uma das quais não votada e em tramitação. Elas serviram, para ativar a luta em torno do princípio de que o poder ou emana do povo ou não é legítimo, incompatível com o arbítrio. As eleições diretas para Governador, aprovadas em proposta do Presidente da República, foram, conseqüência da luta do ex-senador Franco Montoro, fraco administrador, porém, brilhante parlamentar.

A insurreição dos senadores de 74 contra o autoritarismo do Governo Geisel foi decisiva para a abertura política. Não pode ser esquecida a contribuição do ex-senador Gilvan Rocha, líder do PP, a exigir o controle orçamentário e maior fiscalização das estatais, de Mendes Canale a denunciar corrupção ou de Agenor Maria a protestar contra os abusos burocráticos, a revelar que uma Miss estava alstada como flagelada na frente de emergência.

O Senado de hoje é a resultante desse espírito de luta e, por isto, está conquistando o direito de exercer suas prerrogativas, algumas das quais relegadas. O episódio do sr. Shigeaki Ueki, para cuja aprovação não houve quorum, uma rejeição moral, caracteriza esta valorização. Serve, também, para comprovar que as pressões, ameaças e pedidos não são bastante porque existe, agora, a consciência que antes de quaisquer interesses deve ser considerada a responsabilidade parlamentar. A decisão do Senado sobre indicações do Executivo tem de ser um julgamento, não mero ato homologatório.

Aprovaram os senadores, recentemente, a exclusão de Angra dos Reis, Duque de Caxias e Volta Redonda dos municípios de segurança nacional. Projeto do senador Nelson Carneiro, que obrigou o Governo a modificar a política salarial e procura, no momento, extinguir a sublegenda e revogar a lei Falcão, que proíbe o acesso de candidatos ao rádio e TV.

Confortador ouvir o senador Pedro Simon frisar que o PMDB votará o fim dos prefeitos nomeados porque deseja a democracia, em vez de se aproveitar do Poder, a ser conquistado com Tancredo Neves. Manteve, assim, a fidelidade aos princípios, contrariando com este comportamento, honesto e digno, a frase de Madame Rolland de que um jacobino quando ministro não é um ministro jacobinista.

O novo Senado está surgindo em conseqüência de líderes desta estirpe. A falta de quorum para votar o sr. Shigeaki Ueki não foi ato isolado.

JOÃO EMILIO FALCÃO